



Handwritten notes and signatures:
→
u
f
D
Gulhar
Rx
Ym
V. Souza

Relatório de Gestão Consolidado

..... ANO FINANCEIRO 2014



Handwritten mark

Handwritten notes:
c 2
f
A
Gulbin
Rx
Jm
Gm

Índice

1. Enquadramento	2
2. Objetivos e limitações da consolidação de contas.....	3
3. Perímetro de consolidação.....	4
4. Síntese da Atividade Consolidada do Ano.....	8
4.1. Análise ao Balanço Consolidado.....	8
4.2. Análise à Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza	11
4.3. Análise ao Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados	12

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1. Enquadramento

A consolidação de contas nos municípios surge como uma imposição legal cujo principal objetivo consiste na melhoria da informação contabilística prestada pela administração local. Cada vez mais os municípios utilizam formas organizacionais diversas, nomeadamente de cariz empresarial, para a prossecução das suas atribuições e competências, passando a existir, nestas circunstâncias, numa lógica de Grupo Municipal. Diante desta realidade torna-se manifestamente insuficiente a simples prestação de contas individualizada, por cada uma das entidades, uma vez que esta não permite uma visão global da situação financeira do Grupo Municipal. Essa falha de informação pode dificultar a tomada de decisão dos gestores, não permitindo ao mesmo tempo, uma avaliação integrada do conjunto de atividades desenvolvidas pelas diferentes entidades.

Neste sentido, pode entender-se a consolidação como sendo uma técnica de natureza contabilística que tem por finalidade a elaboração das demonstrações financeiras de um conjunto de entidades como se de uma única se tratasse.

De acordo com o artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, além das contas individuais previstas na Lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. Vem o n.º 1 do referido artigo estipular que *"...os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas"*, devendo ainda *"...ser consolidadas, na proporção ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal."*, conforme referido no n.º 6 do mesmo artigo.

A Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, que aprova a orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo - Orientação nº 1/2010 - obrigatoriamente aplicável ao Município de Cantanhede, enquadra os princípios orientadores à consolidação de contas por parte do universo das administrações públicas. A referida orientação visa estabelecer *"...um conjunto de princípios orientadores da consolidação de contas no setor público administrativo, bem como definir os requisitos mínimos para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas."* Para além dos

4
a
f
J
g
P
L
J

princípios contabilísticos legalmente estabelecidos, a preparação das demonstrações financeiras consolidadas deve pautar-se pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade mãe, designadamente a relevância e materialidade, a fiabilidade e neutralidade, a plenitude a comparabilidade espacial e temporal e a representação fidedigna da informação nela contida.

A observância destas orientações permite a obtenção de demonstrações financeiras consolidadas que evidenciem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental do grupo autárquico.

2. Objetivos e limitações da consolidação de contas

As contas consolidadas devem dar uma imagem fiel da situação patrimonial e financeira, e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação. Para além destes objetivos, permite, igualmente, perceber a contribuição de cada um dos seus elementos para o conjunto, bem como avaliar a sua evolução ao longo do tempo, tratando-se de um excelente instrumento de gestão, uma vez que fornece meios que permitem uma melhor aplicação dos recursos financeiros.

Genericamente, considera-se que a implementação da consolidação de contas no sector público local responde essencialmente a três objetivos principais. O primeiro destes objetivos passa pela garantia de uma melhor democracia local, uma vez que a homogeneização de critérios vai permitir comparações entre autarquias locais com características semelhantes, ainda que, adotando diferentes formas de gestão nos serviços que disponibilizam às suas comunidades. Também será possível uma análise da evolução da situação financeira das autarquias e efetuar comparações entre entidades diferentes.

O segundo objetivo concretiza-se pela instalação de uma política de grupo. Os dados consolidados representam uma ferramenta de orientação e de controlo sobre a gestão das entidades que compõem o grupo autárquico, permitindo um controlo mais eficaz do grupo e diminuindo as dificuldades inerentes à perda da visão global das atividades desenvolvidas pelo grupo.

Por último, a consolidação permite alcançar um terceiro objetivo, que se relaciona com a capacidade de medir os riscos financeiros, melhorando a qualidade da informação a prestar a diversas entidades, nomeadamente no que concerne à medição do grau de endividamento da autarquia, da sua capacidade de reembolso e ter uma visão de conjunto do grupo. Esta quantificação dos compromissos e do risco do grupo será útil a algumas entidades externas, mas também aos clientes internos, usuários da informação contabilística consolidada, uma vez que permitirá uma gestão financeira mais prudente, racional e esclarecida.

A consolidação apresenta também algumas limitações, nomeadamente a possibilidade de diluição das características individuais das entidades. Por isso mesmo será importante que a análise das contas consolidadas seja feita em estreita articulação com as contas individuais, no sentido de colmatar este possível constrangimento. Poderá igualmente ser necessário algum tipo de ajustamento de critérios valorimétricos ou de classificação contabilística utilizados pelas diferentes entidades do grupo no sentido de homogeneizar os pressupostos por parte do perímetro da consolidação, o que pode levar à necessidade de se implementarem alguns ajustamentos.

Os valores consolidados resultam da aplicação de regras, princípios e procedimentos de natureza contabilística, pelo que a veracidade dos factos em grupo deve ser lida à luz do normativo contabilístico aplicado.

Por último é difícil efetuar comparações entre grupos distintos, na medida em que cada grupo apresenta entidades diversas com características e atividades próprias.

3. Perímetro de consolidação

O êxito da consolidação de contas pressupõe um bom conhecimento das diferentes entidades intervenientes, das suas relações e dos seus fluxos financeiros, de forma a compreender a necessidade da consolidação municipal e da avaliação do respetivo perímetro.

Em 2014, o Município de Cantanhede consolida as suas contas com a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M. – SA, a Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia, ABAP – Associação Beira Atlântico Parque e WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, SA.

Ressalva-se relativamente a esta última entidade que apesar de constar do perímetro de consolidação esta não irá entrar nesta consolidação de contas para 2014 devido à imaterialidade das operações que lhe estão subjacentes.

INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M. - S.A.

A Inova – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. é uma Empresa Local, constituída em 16 de abril de 2002, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, e que se rege atualmente pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. Detida em 100% pelo Município de Cantanhede, tem como missão garantir, a um custo socialmente aceitável, a qualidade dos serviços públicos municipais de abastecimento de água, águas residuais e resíduos urbanos, bem como garantir que todas as restantes atribuições delegadas pelo Município de Cantanhede são desenvolvidas com critérios de

5
c
f
J.
R.
Y.
D.

eficácia e eficiência, promovendo-se a qualidade de vida das populações e obedecendo-se a critérios de sustentabilidade económico-financeira e ambiental. Toda a sua atividade se desenvolve com a intenção de ser uma entidade gestora de referência a nível nacional, relativamente aos serviços públicos de abastecimento de água, águas residuais e resíduos urbanos e contribuir para que Cantanhede seja um dos concelhos com melhor qualidade de vida do país.

Tem como objeto social a prossecução de atribuições no âmbito de serviços de interesse geral, nomeadamente a gestão e exploração dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de resíduos urbanos do município de Cantanhede, a gestão do sistema de limpeza pública no concelho, a realização da EXPOFACIC - Exposição/ Feira Agrícola, Comercial, Industrial de Cantanhede, a realização do Festival Internacional de DIXIELAND de Cantanhede, a realização de outros eventos / feiras, de amplitude nacional ou internacional que, expressamente, a Câmara Municipal de Cantanhede lhe venha a atribuir, a criação, gestão e exploração de uma rede de transportes urbanos/locais dentro da área do município, de forma a permitir, em particular, o acesso mais fácil às zonas industriais do concelho e escolas e o desenvolvimento e gestão do complexo desportivo de Ançã. Do objeto social fazem igualmente parte, no âmbito da promoção do desenvolvimento local integrada, a promoção do desenvolvimento urbanístico e paisagístico do concelho, através da administração, manutenção e realização de investimentos nos espaços verdes pertencentes ao domínio público municipal e a continuação da gestão do centro de ciência de desenvolvimento de agricultura biológica que foi criado e desenvolvido com a criação da INOVA.

Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia

O Biocant, Centro de Inovação em Biotecnologia foi inaugurado em Setembro de 2005 e traçou definitivamente o novo rumo do projeto do Parque Tecnológico de Cantanhede. O Município detém 99,93% do capital do Centro e a ABAP 0,02%. Pela sua natureza, esta iniciativa tornou-se num marco importante na história das autarquias portuguesas, dado que, pela primeira vez, um Município criou um centro de I&D com o objetivo de estimular e promover o desenvolvimento económico do concelho e da região. O Biocant é o primeiro e único Parque de Ciência e Tecnologia do país especializado em Biotecnologia, fruto de um investimento do Município de Cantanhede, em parceria com as Universidades de Coimbra e Aveiro.

Tem por objetivo principal promover o desenvolvimento económico com base no conhecimento, aliando a excelência da I&D ao fomento do empreendedorismo e da produção industrial. Este Centro de I&D veio assumir o papel de âncora e passou a disponibilizar ao

mercado tecnologia avançada e recursos humanos qualificados, devidamente preparados para desenvolver I&D e promover o empreendedorismo na área de Biotecnologia.

Em 2007, o edifício-sede e o edifício BIOCANT I estavam em pleno funcionamento, não havendo espaço laboratorial disponível para instalação de novas empresas que se encontravam em lista de espera, o que levou a entidade promotora a avançar com a segunda fase de construção, de modo a aproveitar a dinâmica entretanto desenvolvida e a corresponder às expectativas criadas junto de jovens empreendedores e do mercado nacional e internacional. Nesse sentido, foi construído um terceiro edifício - BIOCANT II, inaugurado em 2010 - dotado de instalações específicas mistas/moduláveis (laboratórios) para instalação de empresas de biotecnologia e infraestruturas físicas de serviços comuns disponíveis a todo o parque. O acesso a recursos humanos qualificados e ao equipamento científico de vanguarda do Centro de Inovação (BIOCANT I), bem como a integração num ecossistema único para a promoção da bioeconomia e para o fluxo de conhecimentos e de tecnologias, permitiu a atração e fixação de cerca de 10 novas iniciativas empresariais nesta nova infraestrutura. Dada a ocupação total deste último edifício, está já em curso o projeto de construção do quarto edifício, o Biocant III, em tudo semelhante ao BIOCANT II, com capacidade de alojar 12 novas empresas e que irá responder à crescente procura de espaços laboratoriais por parte de empresas nacionais e estrangeiras da área de biotecnologia. Entretanto, no início de 2014, foi inaugurado no Biocant Park, outro edifício, um polo de investigação fundamental em Biotecnologia - CNC/UC Biotech. Construído pelo Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra, o edifício aloja um polo de investigação fundamental da área de biotecnologia e um programa de formação avançada em ambiente empresarial e trouxe para o parque mais 150 investigadores.

O Biocant promove ainda o Centro de Ciência Júnior, projeto com um conceito inovador entre os centros e museus de ciência, destinado aos mais jovens, dos 6 aos 18 anos, e com um espaço laboratorial modular, adaptável a várias tipologias e graus de ensino. A sua missão é a valorização da componente experimental no ensino das Biotecnologias, como base para uma atitude empreendedora.

ABAP – Associação Beira Atlântico Parque

A Associação tem por fim o exercício de atividades de investigação, desenvolvimento experimental e demonstração, a promoção e a inovação e a difusão tecnológica, a formação e a informação científica e técnica, a criação de infraestruturas de apoio tecnológico aos diversos setores de atividade económica bem como as ações que contribuam para a modernização e desenvolvimento da área dos municípios abrangidos.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a circled '7' at the top and several illegible signatures below.

O Município de Cantanhede detém 97,19% do património associativo da ABAP. Além do Município são também associados a Escola Técnico Profissional de Cantanhede, a FRIE – Caixa Investimentos, a AIBILIB - Associação para a Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem, o CNC – Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra, o Município de Anadia, o Município de Sever do Vouga, a Caixa de Crédito Agrícola, a AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, a Universidade de Aveiro, o Município da Mealhada, a Adega Cooperativa de Cantanhede, a Câmara Municipal de Vagos, a Associação Nacional de Empresárias e o IPN – Instituto Pedro Nunes.

WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, SA

A WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, SA foi criada em 2002, sendo o Município de Cantanhede detentor de 0,73% do montante global do capital. Tem como principal objetivo intervir e desenvolver ações ligadas à sociedade da informação e à nova economia na Região Centro. Resultou de uma iniciativa da CCDRC – Comissão Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, à qual aderiram como sócios um conjunto de Municípios da Região Centro, a Universidade de Aveiro, o Instituto Politécnico de Coimbra, a AIRC - Associação de Informática da Região Centro e ainda um conjunto de empresas de base tecnológica. A estratégia da WRC assenta em três princípios básicos, nomeadamente o desenvolvimento e a comercialização de produtos e serviços que contribuam para a modernização administrativa das autarquias e que facilitem a relação entre municípios e aquelas entidades, contribuir para incrementar o nível de empreendedorismo e a criação de riqueza na Região e estimular e participar nas respostas sociais de qualidade para a população sénior.

Refere a Orientação n.º 1/2010 publicada na Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, no seu ponto 5.5 que *“Uma entidade pode ser excluída da consolidação quando não seja materialmente relevante para o objetivo da imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental do grupo público.”*

No entanto a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, (RJALEI) refere no n.º 6 do seu artigo 75.º que *“Devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção as empresas locais... independentemente da percentagem de participação ou detenção do município...”*.

Neste sentido, e porque a Lei 73/2013, de 3 de setembro, prevalece sobre a referida Portaria não se aplicam aos municípios as regras de exclusão de consolidação previstas nos pontos 5.5 anteriormente referido.

Relativamente à WRC, não existindo controlo efetivo por parte do município, e uma vez que a consolidação deverá ser efetiva, deverá apurar-se o método de consolidação a adotar.

8
f
J
G
G
G

O ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010 elenca os métodos de consolidação possíveis e clarifica as suas especificidades. Da sua análise resulta que o Método de Equivalência Patrimonial será o adequado, não porque o município "... exerce influência significativa sobre a gestão operacional e financeira ...", mas sim porque não é "...aplicável qualquer dos métodos referidos nas alíneas anteriores."

4. Síntese da Atividade Consolidada do Ano

Conforme já foi oportunamente mencionado, o perímetro de consolidação do Município de Cantanhede foi significativamente alterado.

Com o aumento do perímetro de consolidação, a análise comparativa dos valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2013 com os do ano de 2014, deixou de ser possível, face à incomparabilidade dos mesmos.

4.1. Análise ao Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado e o Sistema Contabilístico utilizado adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial do Grupo Município de Cantanhede a 31 de dezembro de 2014.

Handwritten notes and signatures in the right margin, including the number '9' and various illegible signatures.

10
C.
J.R.
Eduardo
Yun
Frey

BALANÇO CONSOLIDADO

Município de Cantanhede

Ano: 2014
(In Euro)

Código Contas	ATIVO	2014			2013*
		AB	AP	AL	AL
Imobilizado					
Bens de domínio público					
451	Terrenos e recursos naturais	7.545.639,78	0,00	7.545.639,78	7.470.452,57
452	Edifícios	704.421,72	238.242,76	466.178,96	409.828,52
453	Outras construções e infra-estruturas	76.296.147,43	39.829.210,67	36.466.936,76	39.480.472,66
455	Bens do património histórico, artístico, e cultural	539.611,85	390.552,69	149.059,16	175.737,98
459	Outros bens de domínio público	604.690,96	41.291,35	563.399,61	568.740,62
445	Imobilizações em curso	2.141.308,32	0,00	2.141.308,32	1.224.169,60
446	Adiantamento por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		87.831.820,06	40.499.297,47	47.332.522,59	49.329.401,95
Imobilizações incorpóreas					
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	924.893,89	807.164,14	117.729,75	327.178,22
433	Propriedade industrial e outros direitos	498.980,84	239.877,70	259.103,14	36.025,37
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamento por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de Consolidação	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.423.874,73	1.047.041,84	376.832,89	363.203,59
Imobilizações Corpóreas					
421	Terrenos e recursos naturais	11.658.519,68	0,00	11.658.519,68	11.150.327,02
422	Edifícios e outras construções	46.354.765,53	8.910.744,19	37.444.021,34	31.903.161,11
423	Equipamento básico	45.270.369,10	14.918.490,67	30.351.888,43	28.021.069,42
424	Equipamento de transporte	2.903.729,95	2.736.221,87	167.508,08	200.584,52
425	Ferramentas e utensílios	990.464,21	962.404,97	28.059,24	28.995,38
426	Equipamento administrativo	2.915.470,22	2.451.165,90	464.304,32	486.686,04
427	Taras e vasilhame	40,00	40,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	6.723.093,50	3.380.005,66	3.343.087,84	3.636.866,21
442	Imobilizações em curso	6.115.652,69	0,00	6.115.652,69	3.775.579,07
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		123.132.104,88	33.359.063,26	89.773.041,62	79.203.268,27
Investimentos financeiros					
411	Partes de capital	902.556,92	230.576,17	671.980,75	1.703.363,10
412	Obrigações e títulos de participação	1.179.156,95	0,00	1.179.156,95	0,00
414	Investimentos em imóveis	200.850,21	0,00	200.850,21	0,00
415	Outras aplicações financeiras	549,20	0,00	549,20	43,63
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		2.283.113,28	230.576,17	2.052.537,11	1.703.406,73
Circulante					
Existências					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	563.683,20	33.335,95	530.347,25	393.005,10
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	1.093.461,12	0,00	1.093.461,12	43.641,43
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.657.144,32	33.335,95	1.623.808,37	436.646,53
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo prazo					
268108	Devedores de Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de Terceiros - Curto prazo					
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	572.832,66	0,00	572.832,66	223.543,24
212	Contribuintes, c/c	13.209,72	0,00	13.209,72	11.427,32
213	Utentes, c/c	55.255,79	0,00	55.255,79	24.602,77
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	512.450,63	512.493,68	-43,05	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	1.845,00	0,00	1.845,00	1.845,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	97.164,75	0,00	97.164,75	69.637,82
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+	Outros devedores	2.086.802,36	2.152,77	2.084.649,59	387.138,32
268	Clientes, Cont. Utentes - Multas / Outras Penalidades	263,00	0,00	263,00	106,73
215		3.339.823,91	514.646,45	2.825.177,46	718.301,20
Títulos negociáveis					
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa					
12	Depósitos em instituições financeiras	5.185.899,91	0,00	5.185.899,91	4.238.130,87
11	Caixa	6.787,85	0,00	6.787,85	3.270,98
		5.192.687,76	0,00	5.192.687,76	4.241.401,85
Acréscimos e diferimentos					
271	Acréscimos de proventos	6.663.947,03	0,00	6.663.947,03	6.041.660,61
272	Custos diferidos	213.974,76	0,00	213.974,76	63.963,86
-	Activos por Impostos Diferidos	0,00	0,00	0,00	215.499,25
		6.877.921,79	0,00	6.877.921,79	6.321.123,72
Total de Amortizações					
		0,00	74.904.373,45	0,00	0,00
Total de Provisões					
		0,00	779.587,69	0,00	0,00
Total do Ativo					
		231.738.490,73	75.683.961,14	156.054.529,59	142.316.754,34

Perímetro de Consolidação: Município de Cantanhede; INOVA; ABAP; BIOCANT.
*2013 Perímetro de Consolidação: Município de Cantanhede; INOVA.

11

[Handwritten signatures and initials]

BALANÇO CONSOLIDADO

Município de Cantanhede		Ano: 2014	
		(De: Euro)	
Código Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2014	2013*
	Fundos próprios		
51	Património	49.262.204,45	49.182.254,55
-	Diferenças de Consolidação	0,00	
-	Outros Instrumentos de Capital Próprio	0,00	
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	
	Reservas	0,00	
571	Reservas legais	1.167.235,22	1.000.293,55
572	Reservas estatutárias	0,00	
573	Reservas contratuais	0,00	
574	Reservas livres	23.325.398,35	20.545.354,56
575	Subsídios	66.726,09	64.298,34
576	Doações	3.091.703,39	2.744.815,44
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	
59	Resultados transitados	1.161.456,95	-1.150.783,43
	Resultado líquido do exercício (exc. Interesses minoritários)	3.253.951,96	4.269.373,37
88	Total Fundos Próprios	81.328.676,41	76.653.606,38
	Interesses Minoritários	29.735,23	
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	162.493,53	162.493,53
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
2611	Fornecedores de imobilizado, C/C	752.418,16	288.000,00
2613	Fornecedores de imobilizado por locação financeira	3.238.587,22	3.665.638,27
268105	Proprietários de Imóveis	0,00	
262+263+267+	Outros Credores	1.010.705,95	415.295,58
268			
2312	Dívidas a instituições de crédito	26.463.121,47	24.862.209,04
		31.464.832,80	29.393.636,42
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	230.032,00	
2312	Dívidas a instituições de crédito	3.545.360,76	3.845.270,55
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	1.165.506,47	658.898,59
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	161.236,36	239.410,44
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	
217	Clientes e utentes c/ cauções	6.452,93	4.977,31
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	203.005,41	176.223,72
24	Estado e outros entes públicos	338.694,85	283.938,27
264	Administração autárquica	0,00	250,00
262+263+267+	Outros credores	1.502.198,27	1.051.403,83
268			
223	Fornecedores por venda a dinheiro	0,00	0,00
2251	Fornecedores c/c - Por subsídios concedidos	0,00	0,00
2612	Empreiteiros c/c	206.751,36	289.259,96
2618	Forn. Imobilizado - Fact. em conferência/recepção	1.190,10	11.439,00
2613	Fornecedores de imobilizado por locação financeira	418.176,80	454.391,20
222	Factoring Fornecedores, c/c	0,00	7.017,90
2614	Factoring - Fornecedores de imobilizado e empreiteiros C/C	65.328,41	65.328,41
26151	Fornecedores de imobilizado - Por subsídios concedidos	0,00	0,00
		7.843.933,72	6.827.475,18
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	1.269.056,37	1.082.906,56
274	Proveitos diferidos	33.955.801,53	28.359.129,80
		35.224.857,90	29.442.036,36
	Total do passivo	74.696.117,95	65.663.147,96
	Total dos fundos próprios e do passivo	156.054.529,59	142.316.754,34

Perímetro de Consolidação: Município de Cantanhede; INOVA; ABAP; BIOCANT.

*2013 Perímetro de Consolidação: Município de Cantanhede; INOVA.

12
P.
R.
C.
Jun
D. de
D. de

4.2. Análise à Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza

A Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do grupo, durante o ano de 2014.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Município de Cantanhede

Ano: 2014
(1.º Período)

Código Contas	Descrição	2014		2013*	
Custos e Perdas					
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	3.188,68		2.370,24	
	Matérias	1.342.229,82	1.345.418,50	1.247.473,84	1.249.844,08
62	Fornecimento e serviços externos	8.491.380,05		8.043.376,05	
	Custos com o pessoal:	0,00		0,00	
641+642	Remunerações	6.299.298,67		5.563.572,18	
643 a 648	Encargos sociais	1.584.925,80		1.391.541,84	14.998.490,07
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prest. Sociais	1.047.963,88	1.047.963,88	1.201.757,30	1.201.757,30
66	Amortizações do exercício	7.410.170,84		6.911.341,37	
67	Provisões do exercício	143.297,70	7.553.468,54	26.613,58	6.937.954,95
65	Outros custos e perdas operacionais	269.650,59	269.650,59	489.091,47	489.091,47
	(A)		26.592.106,03		24.877.137,87
68	Custos e perdas financeiras	625.829,17	625.829,17	566.122,24	566.122,24
	(C)		27.217.935,20		25.443.260,11
69	Custos e perdas extraordinárias	1.144.023,73	1.144.023,73	1.392.186,25	1.392.186,25
	(E)		28.361.958,93		26.835.446,36
-	Impostos sobre rendimento do exercício	-89.002,93	-89.002,93	155.067,56	155.067,56
	(G)		28.450.961,86		26.680.378,80
	Interesses Minoritários		3.916,10		
88	Resultado líquido do exercício (excepto interesses minoritários)	-3.916,10	3.253.951,96	0,00	4.269.374,47
			31.708.829,92		30.949.753,27
Proveitos e Ganhos					
71	Vendas e prestações de serviços				
7111	Vendas de mercadorias	244.487,42		268.028,54	
7112+7113	Vendas de produtos	6.707,33		0,00	
712	Prestações de serviços	7.641.140,93		6.976.236,49	
7114	Terrenos e recursos naturais	0,00		0,00	
713	Outras prestações de serviços	0,00		0,00	
715	Reembolsos e restituições	-168,14		-133,64	
716	Anulações	0,00	7.892.167,54	0,00	7.244.131,39
72	Impostos e taxas	8.264.780,31		8.173.486,03	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	1.188.299,17		1.897.077,16	
73	Proveitos suplementares	6.391,31		5.682,78	
74	Transferências e subsídios obtidos	10.024.311,72		9.435.974,25	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	22.149,45	19.505.931,96	20.438,70	19.532.658,92
77	Reversões amortizações e ajustamentos	10.904,51	10.904,51	6.859,62	6.859,62
	(B)	0,00	27.409.004,01	0,00	26.783.649,93
78	Proveitos e ganhos financeiros	1.360.526,58	1.360.526,58	2.269.322,53	2.269.322,53
	(D)	0,00	28.769.530,59	0,00	29.052.972,46
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.939.299,33	2.939.299,33	1.896.780,81	1.896.780,81
	(F)	0,00	31.708.829,92	0,00	30.949.753,27

Perímetro de Consolidação: Município de Cantanhede; INOVA; ABAP; BIOCANT.
* Ano 2013 Perímetro de consolidação Município e Inova.

Resumo:		
Resultados operacionais: (B)-(A)	816.897,98	1.906.512,06
Resultados financeiros: (D)-(C)	734.697,41	1.703.200,29
Resultados correntes: (D)-(C)	1.551.595,39	3.609.712,35
Resultados antes de impostos: (F)-(E)	3.346.870,99	4.114.306,91
Resultados líquido consolidado do exercício: (F)-(G)	3.257.860,06	4.269.374,47
Resultados líquido do exercício: (F)-(G)-(Interesses Minoritários)	3.253.951,96	4.269.374,47

4.3. Análise ao Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados

O Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados adequa-se ao previsto no POCAL, traduz o comportamento de arrecadação de receitas e da realização de despesas do grupo durante o ano de 2014.

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Município de Cantanhede		Ano: 2014 (Un: Euro)	
RECEBIMENTOS	2014	2013*	
Saldo da Gerência Anterior		4.365.396,66	5.237.001,36
Execução Orçamental	3.806.219,41		4.718.837,55
Operações de Tesouraria	559.177,25		518.163,81
Total das Receitas Orçamentais	33.153.614,60		27.039.524,36
Receitas Correntes	26.499.421,39		23.587.303,11
Receitas Capital	6.598.631,49		3.448.218,22
Receitas Outras	55.561,72		4.003,03
Operações de Tesouraria	1.154.195,64		1.361.013,95
TOTAL....	38.673.206,90		33.637.539,67
PAGAMENTOS			
Total das Despesas Orçamentais		32.309.733,01	28.194.861,96
Despesas Correntes		19.517.481,09	16.865.797,11
Despesas Capital		12.792.251,92	11.329.064,85
Operações de Tesouraria		1.170.786,14	1.320.000,51
Saldo para a Gerência Seguinte		5.192.687,75	4.122.677,20
Execução Orçamental	4.650.101,00		3.563.499,95
Operações de Tesouraria	542.586,75		559.177,25
TOTAL....	38.673.206,90		33.637.539,67

Perímetro de Consolidação: Município de Cantanhede; INOVA; ABAP; BIOCANT.

* Ano 2013 Perímetro de consolidação Município e Inova.

ORGÃO EXECUTIVO

Em 16 de Junho de 2015

[Assinatura]

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 25 de Junho de 2015

[Assinatura]

[Assinaturas]

[Assinatura]

[Assinatura]